

CÂMARA

Audiência Pública debate aposentadoria especial de servidores

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) realizou, na manhã de hoje (6), audiência pública para debater os Projetos de Lei Complementar (PLP) 472/2009 (do Dep. Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP) e 555/2010 (do Poder Executivo) que tratam da aposentadoria especial de servidores que desempenham atividades nocivas à saúde. A audiência, resultado da aprovação do Requerimento nº 299/2010 da relatora, Dep. Manuela D’ávila (PCdoB/RS), servirá de subsídio para a elaboração do parecer aos projetos que tramitam em conjunto.

Estavam presentes na audiência, o Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Pedro Delarue; a Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosângela Rassy; o Coordenador-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, Roberto Policarpo Fagundes; o Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Sérgio da Luz Belsito; e o representante da Associação dos Servidores da Comissão Nacional de Energia Nuclear, José Roberto Sodero Victório.

Os convidados foram unânimes quanto ao fato de que os projetos são vitais para o funcionalismo público, contudo, os mesmos foram apresentados de forma incompleta e devem ser aperfeiçoados. Para eles, dentre outros pontos, os PLPs devem prever mecanismos de conversão do tempo exercido em condições desfavoráveis à saúde; necessitam esclarecer melhor a forma de comprovação do exercício da atividade nociva – já que a apresentação de contracheque especificando o recebimento de adicional não é aceito como comprobatória –; devem prever a paridade de remuneração após a aposentadoria; e não podem estabelecer limites etários para a concessão do benefício. Foi debatido, ainda, a necessidade de extensão da aposentadoria especial aos portadores de necessidades especiais.

O Sr. José Roberto Sodero ressaltou que o objetivo fundamental da aposentadoria especial é a proteção à vida do trabalhador. No mesmo sentido, a Sra. Rosângela Rassy afirmou que “não há reparação material que compense a redução da vida de quem trabalha em condições especiais”.

Ao término da audiência, a condutora dos trabalhos, Dep. Manuela D’ávila, agradeceu a presença de todos e reiterou seu compromisso de continuar a ouvir representantes de outras classes, enfatizando que a audiência foi apenas um dos passos que conduzirão à redação do parecer que, segundo S. Exa., será apresentado antes do período eleitoral.